



**Prefeitura de Jarú-RO**  
*Cuidador*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de texto.....	1
Ortografia: emprego das letras.....	3
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem	10
Sintaxe: reconhecimento dos termos da oração;reconhecimento das orações num período .....	26
Concordância verbal; concordância nominal.....	31
Colocação de pronomes.....	33
Ocorrência da crase .....	34
Regência verbal; regência nominal .....	35
Processo de formação das palavras .....	38
Coesão .....	40
Sentido próprio e figurado das palavras.....	42
Pontuação .....	43
Figuras de Linguagem.....	48
Questões .....	53
Gabarito.....	62

## INFORMÁTICA BÁSICA

Noções de sistema operacional (Windows). Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	1
Edição de textos, planilhas e apresentações (Ambientes Microsoft Office).....	25
Rede de computadores: Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos e internet e intranet; Programas de navegação; Sistema Eletrônico de Informações (SEI); Correio eletrônico; Sítios de busca e pesquisa na internet.....	49
Segurança da informação. Procedimentos de segurança: Noções de vírus, worms e pragas virtuais; Aplicativo para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.). Procedimentos de backup.....	65
Questões .....	72
Gabarito.....	80

# SUMÁRIO



# LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conceitos básicos de Administração Pública; Princípios constitucionais da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência .....	1
Constituição Federal de 1988: organização do Estado brasileiro .....	6
organização dos Poderes.....	19
direitos e garantias fundamentais.....	67
Lei nº 8.429/1992 e suas alterações .....	72
Lei nº 14.230/2021 .....	87
Lei nº 12.846/2013 e suas alterações: condutas proibidas aos agentes públicos, sanções aplicáveis .....	98
Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011): direitos do cidadão, responsabilidades dos órgãos públicos.....	105
Estatuto dos Servidores Públicos de Jaru/RO (Lei nº 2.228/2017).....	117
Ética e moral na administração pública: conflito de interesses e ética no serviço público, transparência e accountability no setor público.....	148
Responsabilidade fiscal e Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) .....	154
Controle Social e Participação Cidadã: conselhos de políticas públicas, ouvidorias públicas, parcerias entre Estado e sociedade civil.....	181
Questões .....	183
Gabarito.....	188

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Saúde e Bem-Estar .....	1
Cuidados Básicos e Saúde: Alimentação, Higiene e Proteção de Crianças e Adolescentes Especiais.....	3
Primeiros Socorros e Acompanhamento em Serviços de Saúde.....	13
Atendimento a Necessidades Especiais: Acompanhamento de Alunos com Deficiência ou Necessidades Especiais.....	25
Desenvolvimento Pessoal e Emocional: Fortalecimento da Autoestima e Construção da Identidade.....	27
Compreensão das Histórias de Vida e Sensibilidade para Lidar com Traumas.....	32
Procedimentos Operacionais: Organização do Ambiente de Atendimento .....	33
Acompanhamento em Atividades Recreativas .....	40
Rotinas Diárias .....	52
Registros e Documentação de Atividades.....	58
Planos de AEE: Identificação das Habilidades e Necessidades Educacionais Específicas .....	60
Definição de Estratégias, Serviços e Recursos Pedagógicos.....	62
Avaliação da Funcionalidade e Aplicabilidade dos Recursos de Acessibilidade.....	64

# SUMÁRIO



Relacionamento Interpessoal e Ética Profissional: Comunicação Eficaz com Alunos, Professores e Familiares.....	66
Ética e Sigilo Profissional nas Atividades de Assistência.....	75
Habilidades e Atitudes: Empatia e Sensibilidade.....	79
Habilidades Empáticas no Trato com Crianças e Adolescentes Vulneráveis.....	80
Sensibilidade para Identificar Necessidades Emocionais e Sociais.....	81
Organização e Proatividade: Organização de Atividades e Rotinas Diárias.....	82
Proatividade na Identificação de Demandas e Necessidades dos Assistidos.....	82
Trabalho em Equipe: Colaboração com Professores, Coordenadores e Equipe Técnica.....	83
Respeito à Diversidade e Inclusão.....	85
Resiliência e Paciência: Capacidade de lidar com Desafios e Situações de Conflito....	100
Paciência para lidar com Comportamentos e Necessidades Diversas.....	101
Acompanhamento Direto: Auxílio na Alimentação, Higiene e Locomoção de Crianças e Adolescentes Especiais.....	102
Participação em Atividades Recreativas e Educativas.....	103
Registro e Documentação: Registro de Atividades e Progressos dos Assistidos.....	103
Infância e adolescência no Brasil.....	103
Educação para a cidadania, uma questão de direitos humanos.....	104
Paradigmas e Conceitos históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva.....	105
Educação Especial no Brasil.....	106
Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional.....	107
A história da família. Novas arranjos familiares.....	109
Socioeducação.....	115
Processos educativos na escola de educação inclusiva: experiências em âmbito escolar e não escolar.....	116
Os diferentes movimentos: Integração, Normalização e Inclusão.....	117
A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos..	118
Trabalho pedagógico com os diferentes perfis de aprendizes.....	119
Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal.....	120
Políticas de Proteção Social.....	126
Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS nº 109/2009..	128
Política Nacional de Assistência Social/2004.....	167
Lei Orgânica da Assistência Social Lei nº 8.742/1993 e suas alterações.....	203
Lei Federal nº 9394/96 e suas alterações.....	220
Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações.....	250
LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.....	315
Exercícios.....	346
Gabarito.....	358

# SUMÁRIO



### Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

### Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

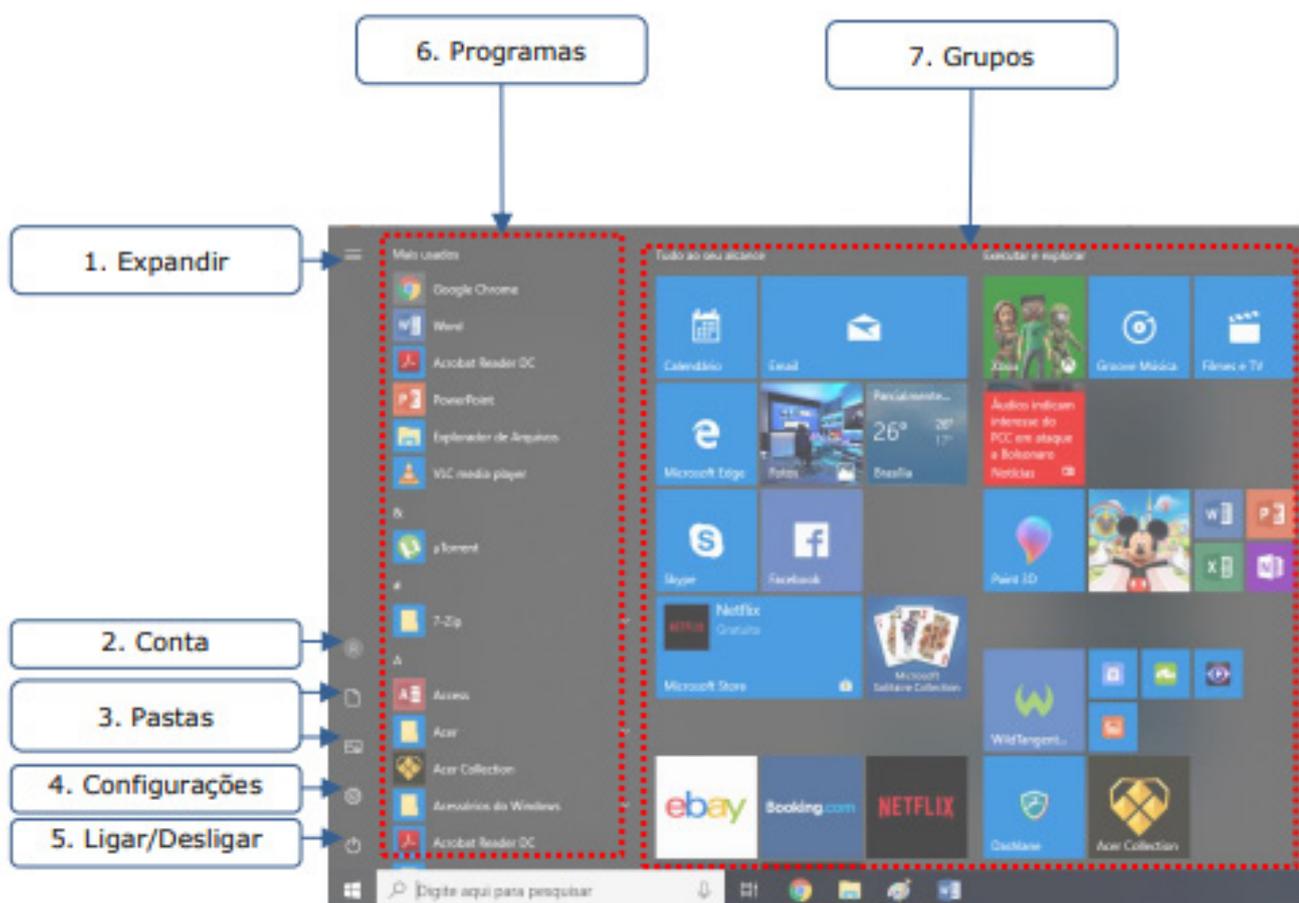


## WINDOWS 10

### Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

#### Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



#### Menu Iniciar

**Expandir:** botão utilizado para expandir os itens do menu.



### **Princípios da Administração Pública**

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

<b>Princípios da Administração Pública</b>	
<b><u>L</u></b>	Legalidade
<b><u>I</u></b>	Impessoalidade
<b><u>M</u></b>	Moralidade
<b><u>P</u></b>	Publicidade
<b><u>E</u></b>	Eficiência
<b>LIMPE</b>	

Passemos ao conceito de cada um deles:

#### **– Princípio da Legalidade**

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

<b>Princípio da Legalidade</b>	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → <b>Princípio da Estrita Legalidade</b>
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

#### **– Princípio da Impessoalidade**

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

#### **– Princípio da Moralidade**

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:

#### **Sanções ao cometimento de atos de improbidade administrativa**

- Suspensão dos direitos políticos (responsabilidade política)
- Perda da função pública (responsabilidade disciplinar)
- Indisponibilidade dos bens (responsabilidade patrimonial)
- Ressarcimento ao erário (responsabilidade patrimonial)



## Conhecimentos Específicos

Necessidade fundamental de todos os seres vivos, o alimento confunde-se com a própria vida, pois de modo geral, os seres vivos alimentam-se de outros seres vivos. Todas as espécies animais e vegetais, sem a interferência do homem, podem-se integrar em ciclos alimentares equilibrados e suficientes.

Alimento é toda substância que supre as necessidades de nutrição e crescimento de qualquer forma de vida. Apesar da grande diversidade dos seres vivos, pode-se dizer que todos eles têm duas necessidades alimentares essenciais: (1) compostos que sejam fontes de energia; e (2) substâncias capazes de preencher necessidades estruturais ou funcionais. Muitos alimentos satisfazem às duas exigências e, em muitos casos, o que é necessidade dietética para uma espécie não tem nenhuma utilidade para outra, capaz de sintetizar o mesmo alimento a partir de outra fonte material.

Todas as células vivas, quer existam separadamente, quer como parte de um tecido complexo, precisam de uma ou mais substâncias inorgânicas e de alguma forma de carbono e nitrogênio. As necessidades de compostos orgânicos é que variam entre as diferentes formas de vida. As vitaminas e proteínas, por exemplo, imprescindíveis a muitas espécies animais, são perfeitamente dispensáveis para as plantas. Essas diferenças entre as necessidades de cada forma de vida são fundamentais. Criam na natureza ciclos contínuos: compostos simples de elementos como o carbono e o nitrogênio transformam-se em moléculas, que, por sua vez, são utilizadas por formas superiores de vida e, eventualmente reconvertidas em compostos simples. Dessa maneira, na realidade, o único gasto foi de energia. Se esses ciclos fossem interrompidos por muito tempo, a vida terrestre deixaria de existir, pelo menos nas modalidades hoje conhecidas.

As formas mais complexas de vida, que compreendem os animais superiores e o homem, têm uma alimentação muito peculiar. Necessitam de uma série de compostos orgânicos sem os quais não conseguem sobreviver; devem atender não somente às necessidades de suas células como às de tecidos de alta complexidade; dependem das plantas e dos microrganismos para compor suas dietas; e precisam de mais calorias, para suprir a energia gasta pela atividade muscular.

A célula animal tem necessidade vital de calorias. Sem essa fonte de energia a capacidade de funcionamento celular desaparece, sobrevivendo a morte. De modo geral, essa necessidade é satisfeita com o consumo de alimentos que contêm calorias. Estima-se, por exemplo, que um homem de 25 anos de idade, de peso e estatura médios, precisa de 3.200 calorias por dia, e uma mulher, nas mesmas condições, de 2.300. Essa cota varia conforme o trabalho e o clima em que vivem.

De acordo com a composição química, as substâncias alimentícias são classificadas como proteínas (substâncias plásticas, formadoras); carboidratos e gorduras (substâncias energéticas); vitaminas e sais minerais (substâncias protetoras). Um grama (g) de proteína -- o mesmo que um grama de açúcar ou amido -- fornece quatro calorias, um grama de álcool sete, e de gordura, nove.

Conservação dos alimentos. Durante muitos séculos a arte de conservar alimentos desenvolveu-se lentamente, baseada em métodos empíricos, dos quais os mais empregados eram a salga, a defumação e a secagem. A partir do século XIX, quando se descobriram as causas biológicas da decomposição dos alimentos, as técnicas de preservá-los evoluíram com rapidez.

O próprio fato de uma substância ser tida como adequada à alimentação humana já pressupõe a possibilidade de sua decomposição, seja através da ação de microrganismos, seja da ação de fermentos. Excluída a presença das bactérias nos alimentos, eles tendem a conservar-se indefinidamente. Tal exclusão pode ser obtida de diversas maneiras: pelo calor e posterior conservação dos alimentos em vidros ou latas hermeticamente fechados; pela desidratação sob a ação do sol ou em estufas; pelo resfriamento e congelamento que, se não eliminam as bactérias, pelo menos suspendem sua atividade. Enquanto isso, as experiências de conservas químicas têm sido desestimuladas pelos danos que podem causar ao aparelho digestivo.

### Componentes alimentares

A boa alimentação depende da dosagem equilibrada dos diversos elementos que a compõem. Todo alimento, seja de origem animal, seja vegetal, encerra uma ou mais dessas substâncias elementares.